



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

DENIZE CINARA FERREIRA DOS SANTOS

**INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DESEMPENHO DOS
ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DA PARAÍBA (2018-2023)**

JOÃO PESSOA

2025

DENIZE CINARA FERREIRA DOS SANTOS

**INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DESEMPENHO DOS
ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DA PARAÍBA (2018-2023)**

Trabalho de Conclusão do Curso II apresentado ao curso de Ciências Econômicas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para avaliação parcial na disciplina.

Orientador(a): Alysson André Oliveira Cabral

JOÃO PESSOA

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237i Santos, Denize Cinara Ferreira dos.

Influência do Programa Bolsa Família no desempenho dos estudantes de ensino médio da rede pública da Paraíba (2018-2023) / Denize Cinara Ferreira dos Santos. - João Pessoa, 2025.
29 f.

Orientação: Alysson André Oliveira Cabral Cabral.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Política pública. 2. Desempenho escolar. 3. Programa Bolsa Família. 4. Covid-19. I. Cabral, Alysson André Oliveira Cabral. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 33(043)

DENIZE CINARA FERREIRA DOS SANTOS

**INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DESEMPENHO DOS
ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DA PARAÍBA (2018-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas pela
Universidade Federal da Paraíba.

Aprovado em: 07/10/2025.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ALYSSON ANDRÉ OLIVEIRA CABRAL**
Data: 07/10/2025 11:03:37-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Alysson André Oliveira Cabral (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **MÉRCIA SANTOS DA CRUZ**
Data: 05/11/2025 17:22:34-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Mércia Santos da Cruz
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO JORGE HOLANDA FIGUEIREDO ALVES**
Data: 05/11/2025 20:57:04-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Pedro Jorge Holanda Figueiredo Alves
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

RESUMO

O Brasil ao longo dos anos investiu no desenvolvimento social, adotando políticas de combate à pobreza com o objetivo de formar capital humano e reduzir as desigualdades, incluindo a desigualdade de acesso ao ensino superior. Dessa forma, o objetivo deste trabalho consiste em avaliar a relação entre o desempenho dos estudantes de ensino médio da rede pública da Paraíba e o Programa Bolsa Família, utilizando dados dos anos 2018 a 2023. Foi estimado um modelo, utilizando o método de regressão de mínimos quadrados ordinários efeitos fixos (EF), que analisa o impacto de variáveis que mudam ao longo do tempo. Os resultados evidenciam uma relação positiva entre beneficiários do Bolsa Família e desempenho dos estudantes do ensino médio, contudo, não há significância. Esse resultado pode ter sido comprometido pela pandemia de Covid-19, que teve impactos sobre o desempenho dos estudantes, conforme constatado por resultados de outras avaliações, como o Saeb. Em contrapartida, estudo semelhante feito por Silva, Ferreira e Lucas (2020) com dados do estado de Pernambuco entre os anos 2009 e 2016 evidenciaram uma relação positiva, com 1% de significância nas quatro variáveis estudadas, ou seja, a evidência de que o Bolsa Família teria impacto direto e positivo nos estudantes pernambucanos é mais forte do que nos estudantes paraibanos. Embora a presente pesquisa seja inconclusiva, devido à necessidade de se aprofundar a investigação, este trabalho pode servir como ponto de partida para que futuras pesquisas possam dar continuidade ao estudo ou discutir sobre as limitações da análise aqui empreendida, contribuindo, assim, para melhor compreensão do tema proposto.

Palavras-chave: política pública, desempenho escolar.

ABSTRACT

Over the years, Brazil has invested in social development, adopting policies to combat poverty with the aim of building human capital and reducing inequalities, including inequality in access to higher education. Therefore, the objective of this study is to evaluate the relationship between the performance of high school students in the public school system of Paraíba and the Bolsa Família Program, using data from 2018 to 2023. A model was estimated using the fixed-effects (FE) ordinary least squares regression method, which analyzes the impact of variables that change over time. The results show a positive relationship between Bolsa Família beneficiaries and high school student performance; however, there is no significance. This result may have been compromised by the COVID-19 pandemic, which impacted student performance, as evidenced by results from other assessments, such as the SAEB. In contrast, a similar study conducted Silva, Ferreira e Lucas (2020) on data from the state of Pernambuco between 2009 and 2016 showed a positive relationship, with 1% significance across the four variables studied. This means that the evidence that Bolsa Família would have a direct and positive impact on students in Pernambuco is stronger than on students in Paraíba. Although this research is inconclusive due to the need for further investigation, it can serve as a starting point for future research to continue the study or discuss the limitations of the analysis undertaken here, thus contributing to a better understanding of the proposed topic.

Keywords: public policy, school performance.

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA

Este trabalho representa a concretização de um longo percurso, marcado por desafios e aprendizados. Ao longo dessa caminhada, tive o apoio de pessoas fundamentais, às quais registro minha mais profunda gratidão.

Aos meus pais, **Ozelita Gomes de Sousa Ferreira e Edmilson Ferreira dos Santos**, que sempre foram meu alicerce e porto seguro, oferecendo amor, incentivo e força em todos os momentos da minha vida acadêmica e pessoal, além do apoio incondicional sempre que necessitei. Ao meu irmão **Edvanildo Ferreira**, pela presença constante e pelas contribuições nas decisões mais importantes do meu futuro.

As minhas avós **Francisca Oliveira Machado e Antônia Maria dos Santos**, que me ajudaram com muito amor nessa caminhada, a minha tia **Francisca Gomes**, minha prima **Camila Gomes** e em especial aos meus avôs **José Gomes Machado e Antônio Ferreira dos Santos** e ao meu tio **Edilson Ferreira**, que, embora não estejam mais entre nós, permanecem vivos em minha memória e no meu coração.

Ao meu amor **Jennifer Luiza**, pela paciência, amor e dedicação, estando ao meu lado em todas as etapas desta trajetória. Aos colegas de universidade **Henrique, José e Edson**, pela amizade, parceria e apoio durante o curso. Aos meus amigos em comum que também estiveram presentes nessa caminhada e fazem parte dessa vitória.

Ao meu orientador **Alysson Cabral**, pela orientação, incentivo e compromisso, que foram fundamentais para a realização deste trabalho com apoio ao longo dessa jornada acadêmica.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Definição das variáveis utilizadas no estudo	20
Quadro 2 -	Representação dos modelos aplicados.	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Estatísticas Descritivas das Variáveis	23
Tabela 2 -	Resultados da Estimação do Modelo de Efeitos Fixos Paraíba.	24

LISTA DE ABREVIATURAS

Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Fies	Programa de Financiamento Estudantil
GTI	Grupo de Trabalho Interinstitucional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PBF	Programa do Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio
Prouni	Programa Universal para Todos
Sicon	Sistema de Gestão de Condicionabilidade
Sisu	Sistema de Seleção Unificada

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	10
2 – REVISÃO DA LITERATURA	13
3 - METODOLOGIA	18
4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES	21
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	26

1 - INTRODUÇÃO

O combate à pobreza e à extrema pobreza sempre foi um dos grandes desafios enfrentados pelo Brasil ao longo de sua história. Diante das profundas desigualdades sociais existentes no país, diversas estratégias e políticas públicas foram implementadas com o objetivo de promover maior equidade social.

Martins, Gonçalves e Barreto (2024) aprofundam sobre o tema e citam que o Programa Bolsa Família (PBF) pode ser representado como um passo em direção à cidadania, ao permitir acesso a serviços básicos como saúde e educação, objetivando estratégias de combate à pobreza no Brasil.

A partir de 2002, a medida adotada no Brasil para combater a pobreza, através da implementação de programas de transferência direta de renda voltados à população que se encontra abaixo da linha da pobreza ou da extrema pobreza, se deu através do marco regulatório desse programa com a Medida Provisória (MP) nº 132/2003, que unificou diversos programas pré-existentes, e a Lei nº 10.836/2004, que o instituiu.

Considerado como marco das políticas de transferência de renda, o Programa Bolsa Escola foi instituído no ano de 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso, em que a condicionalidade de frequência escolar era parâmetro para atender crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. Nesse mesmo ano, o Ministério da Saúde instituiu o Bolsa Alimentação, que esteve condicionado ao acompanhamento de gestantes e crianças na atenção à saúde básica.

Os programas Cartão Alimentação, Auxílio Gás, Programa Bolsa Família, Auxílio Brasil, entre outros, passaram a oferecer auxílio financeiro às famílias em situação de vulnerabilidade, atrelando o recebimento dos benefícios ao cumprimento de condicionalidades, como a matrícula e a frequência regular de crianças e adolescentes na escola¹.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tornou-se uma das principais ferramentas de avaliação da educação básica no Brasil. Criado em 1998, foi uma iniciativa importante para medir o desempenho dos estudantes ao final da educação básica.

Com o passar dos anos, passou a desempenhar múltiplas funções, como o acesso ao ensino superior por meio de programas de inclusão nas universidades federais, tais como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Universidade Para Todos (Prouni) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

Dessa forma, o exame deixou de ser apenas uma prova avaliativa e passou a influenciar diretamente as trajetórias educacionais e profissionais dos jovens brasileiros, oferecendo-lhes a

¹ Cumprimento do calendário nacional de vacinação e acompanhamento do estado nutricional.

oportunidade de acesso ao ensino superior, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, é importante analisar a influência do Programa Bolsa Família nos estudantes da rede pública de Ensino Médio, investigando se há uma relação positiva dos beneficiários.

A análise pretendida será fundamentada em vasta revisão da literatura, especialmente em autores como Pires (2013), Teodoro (2020), Augusto (2022), entre outros, que investigaram essa relação entre programas de transferência de renda e desempenho dos estudantes no ensino médio.

Em seguida, pretende-se replicar para o estado da Paraíba a análise feita por Silva, Ferreira e Lucas (2020), utilizando o modelo neoclássico do Capital Humano, que a partir de dados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), considerando jovens com idades entre 16 e 21 anos, identificou que a hipótese de que a educação reduz desigualdade, embora não testada diretamente, é refletida nos resultados no estado de Pernambuco.

O presente estudo justifica-se pela necessidade de compreender, ao longo dos anos de execução do Programa Bolsa Família (PBF), os principais impactos na relação com a condicionalidade educação no estado da Paraíba. Entre os anos de 2018 a 2023, o programa passou por diversas reformulações e adaptações², com o objetivo de atender de forma mais eficaz às necessidades das famílias de baixa renda, garantindo o acesso a direitos básicos previstos na Constituição Federal, como saúde, educação e dignidade.

“São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1998, art. 6).

Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a educação dos estudantes beneficiários têm sido objeto de diversos estudos, evidenciando resultados divergentes entre autores, como Melo e Duarte (2010), que obtém resultados positivos na educação de crianças e jovens em áreas rurais, contrapondo os resultados de Santos, Albuquerque, Veloso, Santos e Ferreira (2021) que, para além da presença física na escola, é fundamental garantir uma educação de qualidade.

Esses são alguns dos autores em uma ampla literatura sobre o tema. A condicionalidade relacionada à frequência escolar como critério para a manutenção do benefício traz consigo questionamentos importantes, especialmente quanto ao fato de que, por si só, ela não garante que

² 2003 – unificação dos programas (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás); 2004 a 2010 – ampliação do número de famílias beneficiadas; 2011 a 2014 – Aperfeiçoamento do IGD; 2016 – Criação do GTI; 2021 – Substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil; 2023 – Retorno do Bolsa Família reformulado.

o indivíduo esteja, de fato, aprendendo (Pires, 2013; Canelossi, Bernardes, 2014), gerando uma falsa ideia de compromisso com a superação da desigualdade.

Ao levantar essa discussão sobre os impactos do PBF nos estudantes do ensino médio da rede pública do estado da Paraíba dos anos 2018 a 2023, a pesquisa busca identificar efeitos positivos e negativos decorrentes do recebimento do benefício.

Diante do exposto, este estudo visa analisar o Programa Bolsa Família e a condicionalidade escolaridade na Paraíba como objetivo geral. Passaremos pelos seguintes objetivos específicos: será analisada a literatura existente sobre o tema, buscando identificar os resultados empíricos obtidos por diversos autores que, por meio das condicionalidades do programa, procuraram explicar a relação entre o Bolsa Família e seus beneficiários, bem como comparar os resultados para a Paraíba com o estudo que foi realizado por Silva, Ferreira e Lucas (2020) com dados de Pernambuco.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos, incluindo esta introdução. O próximo capítulo traz uma revisão dos principais estudos sobre os efeitos do programa na educação. No terceiro, uma descrição detalhada da base de dados e processos metodológicos que foram empregados para a obtenção dos resultados. No capítulo seguinte, a apresentação e discussão dos principais resultados. Por fim, as considerações finais.

2 – REVISÃO DA LITERATURA

Martins, Gonçalves e Barreto (2024) abordam a trajetória do Programa Bolsa Família (PBF) desde 2003 até seu retorno em 2023, destacando estratégias de combate à fome e pobreza no Brasil.

Os autores analisam os diferentes contextos político-econômicos e ideológicos que moldaram as políticas públicas, especialmente durante governos de direita. Com a retomada do governo Lula, a partir de 2023, surge uma nova fase progressista. O retorno do PBF oferece oportunidades para fortalecer a esfera social, promovendo a cidadania através da transferência condicionada de renda e combatendo a fome no país.

Ao longo dos anos, o PBF passou por mudanças no que diz respeito à eficácia da atualização e qualidade das informações no cadastro único. O Índice de Gestão Descentralizada (IGD), criado pelo governo federal em 2006, mensura a eficiência da administração local do programa por meio de dois eixos centrais: a atualização e qualidade das informações e o acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação.

Monteiro, Ferreira e Teixeira (2009) utilizaram o IGD para analisar a gestão municipal no estado de Minas Gerais, que revelaram fragilidades significativas na gestão do PBF em diversos municípios mineiros, evidenciando a não execução de forma qualificada.

Souza (2024) também ressalta a qualificação das informações cadastrais contidas no Cadastro Único, as quais são cruciais para a seleção de famílias, com base em seu perfil socioeconômico.

Até 2013, o foco principal era administrar os benefícios através de bloqueios e cancelamentos para as famílias que não atualizavam seus dados. A partir de 2014, houve uma mudança significativa, com a implementação de procedimentos de verificação cadastral antes da concessão dos benefícios.

Em 2016, com a criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) e o acesso a novas bases de dados, o processo de qualificação cadastral foi intensificado, permitindo uma melhoria na concessão do benefício e garantindo que todas as famílias elegíveis fossem atendidas.

Os efeitos das condicionalidades educacionais do Programa Bolsa Família sobre o perfil educacional de famílias do nordeste brasileiro é apresentado por Silva, Brandão e Dalt (2008), que propõem um estudo de integração entre renda, educação e cidadania para políticas mais eficazes de análise e estrutura a partir da Teoria do Capital Humano, observando como a inserção educacional dos beneficiários pode potencializar sua mobilidade social.

Lima (2021) parte de um resgate legal e normativo, destacando a evolução da legislação que estruturou o PBF e suas exigências na área educacional, situa a condicionalidade educacional como uma das mais relevantes do programa, sobretudo por seu papel simbólico e prático na tentativa de romper ciclos de exclusão social, aspecto também evidenciado por Amaral, Maia e Santos (2024).

Teodoro (2020) destaca que a política de condicionalidades tem contribuído para o prolongamento da escolaridade de crianças e adolescentes pobres, o que, aliado à expansão da rede de ensino, resulta em avanços no exercício da cidadania.

Teodoro e Oliveira (2021) relembram que, quando falamos de cidadania, sobretudo na exclusão histórica educacional no Brasil, a mesma somente foi reconhecida como direito universal após a Constituição de 1988.

No âmbito educacional de crianças e adolescentes, Silva e Passos (2018) utilizaram o município de Teresina para investigar os efeitos das condicionalidades educacionais do Programa Bolsa Família (PBF). O ponto de partida da análise foi a exigência de matrícula e frequência escolar dos beneficiários do programa.

Utilizando-se de dados provenientes do Sistema de Gestão de Condicionalidades (SICON), os resultados incidem positivamente na frequência escolar e permanência dos alunos na escola. Outros autores também identificaram esses efeitos positivos, como Cireno, Silva, Proença (2014) e Glewwe, Kassouf (2024).

No Sudeste também encontramos evidências positivas da relação frequência escolar e qualidade de vida dos beneficiários do PBF. Rocha (2018) propôs um recorte específico sobre famílias beneficiárias no município de Itapevi(SP), no ano de 2012, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com foco em crianças beneficiárias do programa.

O resultado do estudo revelou um impacto positivo do programa na permanência escolar, diferentemente dos resultados com jovens, que demonstrou impactos tênues e pouco expressivos nos estudos de Julião e Chein (2015).

Delanos e Rocha (2019) também utilizaram entrevistas, dessa vez com os lavradores migrantes do município de Itarana (ES). Os entrevistados ressaltaram que, melhorar a condição de vida é ter direitos básicos como: casa própria, acesso à serviços, alimentação, condições melhores de trabalho e emprego.

No município de Campinas (SP), Feijó e Pires (2015) mostram uma relação entre educação e superação da pobreza sob a ótica das famílias beneficiárias do PBF, com evidências de resultados positivos na frequência de crianças e adolescentes. Eles afirmam que esse

mecanismo impede o abandono precoce dos estudos e interrompe o ciclo de pobreza intergeracional.

Por outro ângulo, Pires e Dias (2014) entrevistaram mulheres beneficiárias do PBF do município de Campinas (SP), onde observaram que a percepção da maioria das mães em relação ao que esperam da escola para os seus filhos se caracteriza pelo mínimo à sobrevivência, ou seja, o letramento e as equações básicas tidos necessários para se conseguir um emprego.

Nos municípios do Nordeste, Silva e Ferreira (2024) analisaram a relação entre a dinâmica econômica e as variáveis políticas e institucionais associadas ao Programa Bolsa Família. Os resultados revelaram que o PBF tem impacto positivo sobre o PIB municipal, confirmando sua relevância econômica para os municípios mais pobres da região.

O Bolsa Família é destaque como uma ferramenta relevante para a melhoria da educação em áreas rurais. Melo e Duarte (2010) investigaram a influência do programa na frequência escolar de crianças e jovens de famílias rurais beneficiadas. A avaliação foi realizada com dados de pesquisa de campo e da PNAD de 2005, utilizando a metodologia de *matching* via *propensity score* para controlar o viés de seleção. Os resultados indicaram um impacto positivo do Bolsa Família na frequência escolar.

O programa parece beneficiar mais as meninas em termos de frequência escolar em comparação aos meninos. Essa questão de gênero também é positiva em meninas nos estudos de Delatorre, Ceccato e Bonolo (2018).

Em contrapartida, nos estudos de Kern, Vieira e Freguglia (2018), os resultados demonstram que o PBF não produziu efeito significativo sobre a matrícula escolar das crianças no período de 2005 a 2009, quando consideradas a separação por gênero. Contudo, o programa elevou a probabilidade de matrícula em regiões rurais, sobretudo no Norte e Centro-Oeste.

No método “*Propensity Score Matching*”, utilizado por Fahel, França e Moraes (2011), que consiste na seleção e comparação de um grupo de controle e um grupo de tratamento que se diferenciam em relação às variáveis, observou-se que o PBF de fato aumenta a matrícula escolar dos beneficiários, principalmente dos adolescentes entre 15 e 17 anos, dos negros, dos moradores da área rural e das crianças e jovens do sexo masculino.

Já Maciel, Lavoratto e Gutierrez (2022) utilizaram o modelo quantitativo probit e o método de Oaxaca-Blinder para encontrar as diferenças na ausência escolar entre as áreas urbana e rural. Os resultados evidenciam que a maior parte das crianças não vai à escola porque não quer ou porque outra pessoa as influencia por motivos próprios, como a falta de vaga ou escolas por perto. Contudo, esses problemas não podem ser resolvidos através das

transferências do Programa Bolsa Família, é necessário a aplicação de políticas públicas específicas para sanar o problema.

Utilizando a Teoria do Capital Humano, que é baseada na argumentação de que investimentos na educação e saúde podem aprimorar as habilidades dos indivíduos, Silva, Ferreira e Lucas (2022) reconhecem que políticas de transferência de renda, como o PBF, podem ter efeitos indiretos positivos na educação, ao promover segurança alimentar, reduzir o trabalho infantil e aumentar a frequência escolar. O trabalho avança para testar se tais efeitos se traduzem, efetivamente, em melhores desempenhos escolares.

Contudo, Frederico (2023), ao fazer uma revisão da literatura sobre o tema, conclui que o programa melhora o acesso a alimentos, mas a insegurança alimentar ainda persiste.

Nesse contexto, o PBF é compreendido como uma política pública estruturante que, ao estabelecer condicionalidades como a frequência escolar, procura induzir a permanência das crianças e adolescentes no sistema educacional. Entretanto, Santos, Albuquerque, Veloso, Santos e Ferreira (2021) defendem que, para além da presença física na escola, é fundamental garantir uma educação de qualidade, inclusiva e transformadora.

Lima e Vasconcelos (2019) verificaram se os recursos do PBF foram capazes de influenciar o comportamento dos indicadores educacionais nas unidades da federação. Os resultados revelam que a situação da educação está melhorando no Brasil como um todo, mas, em alguns estados isso ocorre de forma lenta.

Porém, Martins e Ruckert (2019) observam uma escassez de pesquisas que contemplem a percepção dos próprios beneficiários, bem como análises mais profundas sobre a qualidade da educação oferecida às populações atendidas. Essa lacuna sugere a necessidade de ampliar os enfoques metodológicos, incorporando abordagens qualitativas e etnográficas que deem voz aos sujeitos da política.

No cenário educacional, a escola é alçada à condição de instrumento de mobilidade social e combate à pobreza, sendo revestida de um valor normativo que nem sempre corresponde às suas reais capacidades institucionais. Argumenta-se que o vínculo entre pobreza e escolaridade, embora amplamente aceito no discurso oficial, tende a ocultar a complexidade da questão social brasileira.

A exigência de frequência escolar, nesse sentido, opera como um dispositivo de legitimação da política de transferência de renda, funcionando como um critério moral que busca justificar o repasse de recursos públicos às populações pobres (Sordi e Neto, 2021).

Cruz, Gonçalves, Figueiredo, Rufo e Serudo (2022) enfatizam que a escola precisa ir além do cumprimento das condicionalidades de frequência para garantir inclusão verdadeira:

deve incorporar práticas pedagógicas que valorizem o protagonismo dos alunos e promovam justiça curricular.

Pires (2013) e Lima (2021) também argumentam que a simples frequência escolar, desvinculada da qualidade do ensino e das condições estruturais das escolas, embora necessária, é insuficiente para garantir inclusão educacional efetiva e emancipatória.

Conforme Carnelossi e Bernardes (2014), exigir frequência escolar de famílias em situação de pobreza, sem garantir condições estruturais para a aprendizagem, gera uma falsa ideia de comprometimento do Estado com a superação das desigualdades. A política pública, ao transferir para o indivíduo a obrigação de romper com a pobreza por meio da escolarização, acaba mascarando as contradições estruturais do capitalismo brasileiro. Em vez de promover inclusão social real, reforça-se um modelo meritocrático que ignora as desigualdades profundas no acesso à educação de qualidade.

Neste contexto, o estudo aponta para avanços, também revela desigualdades estruturais que limitam o efeito emancipador da política, dando como exemplo que, o aumento da frequência escolar, não necessariamente resulta em melhor aprendizagem ou inclusão social efetiva.

Dessa forma, a revisão da literatura evidencia que o Programa Bolsa Família (PBF), desde sua criação em 2003, consolidou-se como uma das mais relevantes políticas públicas de combate à pobreza do Brasil, sendo a frequência escolar uma de suas principais condicionalidades educacionais.

No entanto, diversos estudos apontam desafios na efetivação dessas condicionalidades, especialmente no que se refere ao acompanhamento escolar. Embora a exigência de frequência contribua para a permanência dos estudantes na escola, ela não garante, por si só, a qualidade da aprendizagem.

Além disso, as pesquisas indicam que o impacto do PBF na educação é mais expressivo em determinadas regiões e contextos. Entretanto, ao se considerar recortes por gênero e faixa etária, os resultados se mostram divergentes.

Para contribuir com essa discussão, pretende-se replicar pesquisa de Silva, Ferreira e Lucas (2020), que investigaram os impactos do PBF nos estudantes do ensino médio em Pernambuco, a partir de dados dos beneficiários inscritos no Enem, com idade de 16 a 21 anos, que estiveram presentes nos dias da prova e não tiraram nota zero na redação.

A proposta é utilizar dados semelhantes dos estudantes das escolas públicas da Paraíba, no período de 2018 a 2023, com o objetivo de ampliar as análises realizadas anteriormente, e analisar os resultados.

3 - METODOLOGIA

O modelo de dados em painel com efeitos fixos é utilizado quando se tem informações que variam entre indivíduos e ao longo do tempo, e permite controlar as características não observáveis e invariáveis no tempo de cada unidade observada, reduzindo o viés de omissão de variáveis. Os efeitos fixos analisados são o de indivíduo μ_i e o de tempo λ_t . Abaixo temos o Modelo Geral de Efeitos Fixos.

$$Y_{it} = \beta_0 + \sum_{k=1}^n \beta_k X_{it} + \Omega_i + \lambda_t + \mu_{it} \quad (1)$$

A análise pretendida utilizará o modelo teórico exposto por Acemoglu (1996), Schutz (1975) e Becker (1964), e os modelos empíricos de Fegluga (2013), e Glewwe e Kassouf (2012), conforme aplicado nos estudos de Silva, Ferreira e Lucas (2020).

A equação foi estimada utilizando o modelo de regressão dos Mínimos Quadrados Ordinários efeitos fixos (EF) de tempo sob o termo μ_{it} , visando analisar o impacto de variáveis que mudam ao longo do tempo, assim como sugere os autores Silva, Ferreira e Lucas (2020).

A especificação do modelo segue a função apresentada na equação (1), fundamentada na hipótese neoclássica do capital humano e já utilizada em vasta literatura empírica sobre o assunto.

$$enemescp = \beta_0 + \beta_1 fambenpc + \beta_2 \ln_pib + \beta_3 edumaes + \beta_4 prepard + \mu_i + \lambda_t + \mu_{it} \quad (2)$$

Em que, *enemescp* é uma variável dependente, que representa um indicador municipal de desempenho do ensino médio de estudantes da rede pública, construído a partir dos dados do questionário socioeconômico respondido pelos candidatos no ato da inscrição no Enem e disponibilizado pelo INEP, com informações sobre raça/cor, escolaridade da mãe, entre outras.

A variável *fambenpc* considera o número de famílias beneficiadas e a população de cada município, que é calculada conforme equação (2), que divide o número médio de famílias mês pela população. Os dados utilizados são fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e pelo IBGE.

$$fambenpc = \frac{[\sum qtd_{familias\ beneficiarias\ por\ municipio}]/12}{população} \quad (3)$$

A *In_pib*, como Produto Interno Bruto dos municípios. Outras variáveis utilizadas são *edumaes* e *prepard*, *proxies* para o nível de educação municipal e a cor/raça. Elas são calculadas com base nos candidatos do Enem que representam o percentual de mães que tem o ensino médio completo e o percentual também de candidatos pretos e pardos.

QUADRO 1

Definição das variáveis utilizadas no estudo.

Variáveis	Descrição	Fonte de dados	Sinal esperado	Autores que utilizaram a mesma variável
<i>enemescp</i>	Média aritmética do Enem de estudantes de escola pública.	Inep		Silva, Ferreira e Lucas (2020)
<i>Fambenpc</i>	Proporção entre o número de famílias beneficiadas do PBF pela população.	MDS/IBGE	+	Silva, Ferreira e Lucas (2020)
<i>In_pib</i>	PIB dos municípios.	IBGE	+	Silva, Ferreira e Lucas (2020)
<i>edumaes</i>	Proporção de mães com ensino médio completo dos que realizaram o Enem é calculada a partir da amostra do Enem.	Inep	+	Silva, Ferreira e Lucas (2020)
<i>prepard</i>	Proporção de pretos e pardos que realizaram o Enem, utilizada como proxy racial, é possível capturar efeitos socioeconômicos não controlados.	Inep	-	Silva, Ferreira e Lucas (2020)

Fonte: Silva, Ferreira e Lucas (2020)

Os dados coletados compreendem o período 2018 a 2023, com foco no estado da Paraíba. A equação foi estimada utilizando o modelo de regressão dos Mínimos Quadrados Ordinários efeitos fixos (EF) de tempo visando analisar o impacto de variáveis que mudam ao longo do tempo, assim como sugere os autores Silva, Ferreira e Lucas (2020).

$$EF: \mathcal{Y} = \beta_0 + \beta_1 \Omega_{it} + \dots + \mu_{it} + \vartheta_1$$

Após a especificação das equações, descritas no Quadro 1, com os respectivos sinais esperados, o modelo foi estimado utilizando-se o Software R Studio, conforme exposto na equação de representação do modelo. No próximo capítulo, os resultados serão discutidos e analisados.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação das estatísticas descritivas constitui uma etapa fundamental na análise de dados de painel, pois permite a distribuição e a decomposição das variâncias das variáveis do modelo de regressão.

A distinção entre as variações *within* (ao longo do tempo dentro de cada unidade) e *between* (entre as diferentes unidades) nos mostra que, na variável dependente (*enemescp*), a variação *within* é maior que a variação *between* significando que a variação ao longo do tempo é maior que a variação entre os municípios.

Os desvios-padrões correspondem a uma tentativa de observar a homogeneidade ou heterogeneidade das séries, ainda que existam testes estatísticos mais precisos e específicos.

Tabela 1. Estatísticas Descritivas das Variáveis

Variáveis	Decomposição	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Enemescp	Overall	586,5	47,15	199,78	771,72
	Between	28,61			
	Within	37,99			
Fambenpc	Overall	0,0955	0,0544	0,0001243	0,3191878
	Between	0,0544			
	Within	0,0001243			
Edumaes	Overall	0,4206	0,1228	0,0	1,0
	Between	0,1228			
	Within	0			
In_pib_	Overall	2,7291	0,7040	1,00e-07	6,7040
	Between	0,7040			
	Within	1,00e-7			
Prepard	Overall	0,4881	0,2577	0,0	1,0
	Between	0,2577			
	Within	0			

Fonte: Elaboração Própria, dados da pesquisa. Software R Studio.

Nota: A tabela apresenta a média, desvio padrão, mínimo e máximo dos dados utilizados no trabalho. A variável Overall é a média total, Between a variação entre as unidades e Within a variação dentro de cada unidade de tempo.

O teste utilizado é o de efeitos fixos que, convém ressaltar que, a estimativa do mesmo permite avaliar a heterogeneidade aditiva e não observada que pode ser correlacionada livremente com a variação do tempo das covariáveis (Wooldridge 2005). Os valores encontrados podem ser observados na Tabela 2.

Tabela 2. Resultados da Estimação do Modelo de Efeitos Fixos Paraíba.

Variáveis	β	Erro-padrão	Estatística t
Fambenpc	0,339	0,682	0,497
In_pib_	0,339*	0,201	1,641
Edumaes	0,008	0,101	0,079
Prepard	-0,155*	0,080	-1,937
Nº Obs	888		

Fonte: Elaboração Própria, dados da pesquisa. Software R Studio.

Notas: Esta tabela mostra estimativas de um modelo de efeitos fixos com significância:

***1%, **5%, *10%.

A aplicação do modelo utilizou informações dos estudantes do ensino médio na Paraíba, a partir dos microdados do Enem (2018 a 2023), ou seja, jovens de 16 a 21 anos, presentes nos dias da prova e que não tiraram nota zero na redação.

Os resultados indicam que as variáveis apresentaram o sinal esperado, com significância de 10% nas variáveis *In_Pib* e *Prepard*, os resultados encontrados por Silva, Ferreira e Lucas (2020) com dados de Pernambuco também apresentaram o sinal esperado, contudo, significância de 1% nas quatro variáveis estudadas.

A relação de *enemescp* com a variável *fambenpc* (proporção entre o número de famílias beneficiadas do PBF pela população), apresentou sinal positivo, indicando uma relação direta com o desempenho dos estudantes, sugerindo que o aumento na cobertura do programa está associado à melhor desempenho médio dos estudantes. A não significância, por sua vez, evidencia que não é possível afirmar categoricamente que exista essa relação.

A variável *fambenpc* estimada por Silva, Ferreira e Lucas (2020) para Pernambuco apresenta sinal positivo e significância, ou seja, confirmando a relação direta com os beneficiários em que a cada aumento oriundo do PBF melhora o desempenho dos estudantes do ensino médio. Essa diferença sugere que a efetividade do impacto do PBF sobre os resultados

educacionais podem variar de acordo com fatores regionais, o grau de vulnerabilidade das famílias e a gestão local.

Levando-se em consideração dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que identificou uma queda no rendimento dos estudantes do ensino médio, em 2021, tanto em português quanto em matemática, em comparação com as avaliações anteriores, que vinham apresentando uma tendência de alta (Saeb, 2025), é possível que os resultados estimados para a Paraíba sejam reflexos da pandemia de Covid-19, quando o ensino foi adaptado emergencialmente ao formato remoto sem que as condições necessárias de infraestrutura e metodologia tivessem sido devidamente equacionadas. Por essa razão, não é possível afirmar que o Programa Bolsa Família teve ou não impacto positivo sobre o desempenho dos estudantes.

No painel educacional do Saeb, é possível filtrar informações pela etapa de ensino, ano, rede de ensino, UF, localização. Embora se verifique uma leve recuperação entre 2021 e 2023, os resultados das avaliações dos estudantes do ensino médio da rede pública da Paraíba estão abaixo dos encontrados em 2019, antes da pandemia.

A relação de *enemescp* com o índice de desenvolvimento econômico local (PIB *per capita*) mostrou um impacto positivo e significativo. A estimação sugere que, a cada incremento de recurso oriundo do Bolsa Família, haveria um aumento de 10% no PIB *per capita*, que reflete também sobre o desempenho escolar médio. No contexto do Nordeste, os municípios têm maior cobertura do Programa Bolsa Família e eles tendem a ser também os mais pobres.

Mas, conforme Silva e Ferreira (2024), que analisaram, nos municípios da região, a relação entre a dinâmica econômica e as variáveis políticas e institucionais associadas ao Bolsa Família, o programa tem impacto positivo sobre o PIB municipal, confirmando sua relevância econômica para os municípios mais pobres da região.

Da mesma forma, a relação da variável *enemescp* com o PIB de Pernambuco, conforme estimação de Silva, Ferreira e Lucas (2020), também obteve sinal positivo e significância de 1%, evidenciando que a cada incremento de recurso oriundo do Bolsa Família reflete sobre o PIB *per capita* e o desempenho escolar médio dos estudantes pernambucanos.

A relação de *enemescp* com a variável *edumaes* (escolaridade da mãe) apresenta resultado positivo, contudo não significativo. A educação da mãe é considerado um dos principais determinantes socioeconômicos do desempenho escolar, segundo a Teoria do Capital Humano, porque famílias com maior *backgroud* familiar medido pela educação da mãe dariam mais estímulo e suporte escolar aos filhos.

Essa relação é corroborada pelo estudo de Pires e Dias (2014), que observaram que a percepção das mães beneficiadas do PBF sobre a escola está limitada ao mínimo necessário à sobrevivência, evidenciando barreiras estruturais.

No estudo de Silva, Ferreira e Lucas (2020) para o estado de Pernambuco, a relação é significativa, com sinal positivo.

Verifica-se também que a relação de *enemescp* com a variável *prepard* (pretos e pardos) é inversa, conforme esperado, evidenciando que estudantes autodeclarados apresentam desempenho inferior em relação aos demais.

Essa relação difere dos resultados encontrados no estudos de Fahel, França e Moraes (2011), que utilizaram o método “*Propensity Score Matching*”, que observaram que o PBF aumenta a matrícula escolar dos beneficiários, principalmente dos adolescentes entre 15 e 17 anos, dos negros, dos moradores da área rural e das crianças e jovens do sexo masculino.

A significância dessa variável pode ser explicada pelos efeitos dos programas sociais na superação da condição de desigualdade fundamentada nos estudos de Carnelossi e Bernardes (2014), em que políticas públicas, ao transferir para o indivíduo a obrigação de romper com a pobreza por meio da escolarização, acaba mascarando as contradições estruturais do capitalismo brasileiro. Em vez de promover inclusão social real, reforça-se um modelo meritocrático que ignora as desigualdades profundas no acesso à educação de qualidade sem garantir condições estruturais para a aprendizagem, o que gera uma falsa ideia de comprometimento do Estado com a superação das desigualdades.

No estado de Pernambuco não é diferente, temos a relação inversa também, conforme esperada, e também significativa, conforme Silva, Ferreira e Lucas (2020), o que ressalta o ciclo de desigualdade do Brasil.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi desenvolvido com a intenção de replicar os testes e métodos utilizados por Silva, Ferreira e Lucas (2020), com o propósito de comparar os resultados obtidos no estado de Pernambuco com os resultados estimados para a Paraíba. É importante ressaltar que os períodos são diferentes e o tratamento de dados também pode ter sido diferente.

Utilizando-se microdados, fornecidos pelo Inep, dos estudantes que fizeram o Enem nos anos 2018 a 2023, foi estimado o modelo de regressão de mínimos quadrados ordinários de efeitos fixos (EF). Os resultados evidenciaram a relação positiva entre o PBF e o desempenho escolar dos estudantes do ensino médio, apesar do nível de significância baixo.

O Enem se tornou referência no Brasil ao ser uma avaliação do desempenho dos estudantes da rede pública no final do ciclo educacional, sendo utilizado como ferramenta de seleção para o ensino superior nas universidades públicas e privadas.

Por outro lado, o Programa Bolsa Família, através da renda e da exigência de frequência escolar das crianças e adolescentes, impacta a vida de milhões de brasileiros, de forma que este estudo questiona se haveria uma relação entre o programa e o desempenho dos estudantes de escola pública no Enem.

A hipótese de que a educação reduz as desigualdades, embora não testada diretamente neste trabalho, encontra respaldo na literatura. Uma vez que o maior *background* familiar medido pela educação da mãe, maior renda e questões raciais revelam-se elementos essenciais no desempenho do exame.

Os resultados de Pernambuco e da Paraíba apresentaram o sinal esperado das variáveis. Na Paraíba, tivemos significância de 10% nas variáveis *In_Pib* e *Prepard*, enquanto nos resultados encontrados por Silva, Ferreira e Lucas (2020) para Pernambuco, o nível de significância foi de 1% nas quatro variáveis estudadas, ou seja, a evidência de que o Bolsa Família teria impacto direto e positivo nos estudantes.

O presente estudo apresenta limitações decorrentes dos dados compilados, o que impossibilitou a adoção de métodos estatísticos adicionais que poderiam enriquecer e dar maior rigor à análise. Tais restrições abrem espaço, contudo, para que futuras pesquisas possam dar continuidade ao estudo ou discutir sobre as limitações deste trabalho, contribuindo, assim, para melhor compreensão do tema proposto.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Vanessa Corrêa; MAIA, Joyce Kelly Martins; DOS SANTOS, Arianne Raphaele. Impactos do Programa Bolsa Família (PBF) na pobreza e na educação: uma revisão integrativa. **Revista Foco**, v. 17, n. 3, p. e4679-e4679, 2024.

BRASIL. Constituição (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRANDÃO, Bruno. A condicionante educação no contexto do Programa Bolsa Família. **Revista Mosaico**, v. 13, n. 1, p. 133-139, 2022.

CARNELOSSI, Bruna Cristina Neves; BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. A condicionalidade de educação dos programas de transferência de renda: uma análise crítica do programa Bolsa Família. **Perspectiva**, v. 32, n. 1, p. 285-313, 2014.

CIRENO, Flávio; SILVA, Joana; PROENÇA, Rafael P. Condicionalidades, desempenho e percurso escolar de beneficiários do Programa Bolsa Família. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, p. 297-304, 2013

CRUZ, Aline Albuquerque da; GONÇALVES, Jaqueline de Oliveira; FIGUEIREDO, Luciana Sales de; RUFO, Maria de Lourdes Alves; SERUDO, Joselina de Castro. **A relação entre currículo escolar, pobreza e os alunos beneficiários do Programa Bolsa Família na educação**. 2019. Trabalho acadêmico (Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

DELANOS, Flaviane Cristina de Oliveira Ferreira; ROCHA, Aleteia de Sousa. Bolsa Família & educação: o que pensam os lavradores migrantes de Itarana (ES)?. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.

FAHEL, Murilo Cássio Xavier; FRANÇA, Bruno Cabral; MORAES, Thais. O efeito da condicionalidade educação do Bolsa Família em Minas Gerais: uma avaliação por meio da PAD/MG. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 2, p. 4-25, 2020.

FEIJÓ, Ana Paula Speck; PIRES, André. A Frequência Escolar e a Educação a partir do ponto de vista das Beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 1, p. 136-152, 2015.

GLEDSON, William et al. Dinâmica econômica municipal nordestina e o contexto democrático: Uma análise a partir do Programa Bolsa Família e o mercado eleitoral. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 21, n. 1, p. 12-31, 2024.

GLEWWE, Paul; KASSOUF, Ana Lúcia. O impacto do Programa Bolsa Família no total de matrículas do ensino fundamental, taxas de abandono e aprovação. **Anais do Encontro Nacional de Economia**, v. 36, p. 1-20, 2008.

INEP. Resultados do Saeb. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>. Acesso em: 21 set. 2025.

JULIÃO, Nayara Abreu; CHEIN, Flávia. Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família sobre a educação dos jovens. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, n. 1, p. 75-107, 2015.

KERN, Ana Paula; VIEIRA, M. T.; FREGUGLIA, R. S. Impactos do programa bolsa família na educação das crianças. **ANPEC**. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_I/i12-00e6a236f55d70ceed173a082b0e15a9.pdf [consultado em 23 de junho de 2022], 2017.

LIMA, Lucimar Pereira. A condicionalidade de educação no Programa Bolsa Família: reflexões sobre os requisitos de inclusão e permanência. **Anais do XV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, 2021.

LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales; VASCONCELOS, Joyciane Coelho. Programa Bolsa Família e educação escolar: uma abordagem de dados em painel. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 1, p. 335-355, 2019.

MACIEL, D.; LAVORATTO, L.; GUTIERREZ, C. Influência do Programa Bolsa Família na frequência escolar: Uma comparação entre áreas urbanas e rurais. **Escola, Família e Educação: pesquisas emergentes na formação do ser humano**, v. 2, 2022.

MARTINS, Bárbara Amaral; RÜCKERT, Fabiano Quadros. O Programa Bolsa Família ea educação: uma análise da produção científica brasileira fundamentada na base de dados SciELO (2003-2018). **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. e240061, 2019.

MARTINS, Valter; GONÇALVES, Marilene Parente; BARRETO, Ketnen Rose M. **Reflexões sobre o Programa Bolsa Família e sua Contribuição na Luta Contra a Fome no Brasil**. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. 2024. p. e3881-e3881.

MELO, Raul da Mota Silveira; DUARTE, Gisléia Benini. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, p. 635-657, 2010.

MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. Determinantes da gestão do Programa Bolsa Família: análise do índice de gestão descentralizada em Minas Gerais. **Saúde e Sociedade**, v. 18, p. 214-226, 2009.

PIRES, André. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 21, n. 80, p. 513-531, 2013.

PIRES, André; DIAS, Tainah Biela. A exigência de frequência escolar segundo beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Roteiro**, v. 39, n. 01, p. 185-198, 2014.

POTTMEIER, S., DONIDA, L. O., GROFF, A. R., & PROBST, M. (2019). Pobreza e desigualdade social: o acesso de estudantes inscritos no Programa Bolsa Família à Educação Básica. **Plures Humanidades**, v. 20, n. 1, 2019.

ROCHA, Estefani Clementino da. Estudo sobre o Programa Bolsa Família: Análise das Condicionalidades de Educação e sua Interlocução com o Sistema Único de Assistência Social. **Humanidades em Perspectivas**, v. 3, n. 2, 2018.

SANTOS, Julyane Christiny Matias Patrício dos et al. O Programa Bolsa Família e seus Impactos na Qualidade da Educação e da Inclusão Social/The Family Grant Program and its Impacts on the Quality of Education and Social Inclusion. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 15, n. 56, p. 791-802, 2021.

SANTOS, Mariana Cristina Silva et al. Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 6, p. 2233-2247, 2019.

SILVA, Anderson Paulino da; BRANDÃO, André; DA DALT, Salete. Educação e pobreza: o impacto das condicionalidades do Programa Bolsa Família. **Revista contemporânea de Educação**, v. 4, n. 8, 2009.

SILVA, Douglas Araújo da; FERREIRA, Monaliza de Oliveira; LUCAS, Andreza Daniela Pontes. O desempenho dos estudantes de ensino médio da rede pública é melhor em cidades com maior presença do Programa Bolsa Família?. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 8, n. 1, p. 04-17, 2022.

SILVA, Maria Madalena Caminha Leal; PASSOS, Guiomar de Oliveira. O Programa Bolsa Família e as condicionalidades educacionais: análise sobre os resultados da intersetorialidade no Município de Teresina. 2018. **Revista Educação e Emancipação**, v. 11, n. 1, p. p.11–35, 27 Abr 2018 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/8902>. Acesso em: 6 out 2025.

SORDI, Denise de; GONÇALVES, Wenceslau. A Educação nos Programas Sociais Brasileiros: pobreza e trabalho. **Educação & Realidade**, v. 46, n. 03, p. e106751, 2021.

TEODORO, Luiz Claudio Almeida; OLIVEIRA, Carlos Eduardo. A importância da educação na construção da cidadania: uma análise do Programa Bolsa Família. **Educação em Foco**, v. 24, n. 42, p. 360-378, 2021.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Fixed-effects and related estimators for correlated random-coefficient and treatment-effect panel data models. **Review of economics and statistics**, v. 87, n. 2, p. 385-390, 2005.